

Universidades Lusíada

Padilha, Fernando José Janes, 1971-

Impacto do fim do GES : a influência de investidores portugueses e estrangeiros

<http://hdl.handle.net/11067/1365>

Metadata

Issue Date	2014
Abstract	BES foi o nome que durante 150 anos fez do Grupo Espírito Santo uma referência. Um dos maiores bancos português acabou por falir e com isso o país perdeu o último banco privado de controlo acionista nacional. Os efeitos da queda do Grupo Espírito Santo sentiram-se em todos os sectores da atividade económica. A regulação voltou a falhar e todo o sistema financeiro acabou por ser afetado. Os valores das perdas fogem ao controlo dos especialistas, as imparidades acumulam-se. A primeira administração...
Keywords	Bancos - Falência - Portugal, Bancos - Supervisão do Estado - Portugal
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCEE] LEE, n. 18 (2014)

This page was automatically generated in 2025-02-19T13:15:24Z with information provided by the Repository

**IMPACTO DO FIM DO GES:
A INFLUÊNCIA DE INVESTIDORES PORTUGUESES E ESTRANGEIROS**

Fernando José Janes Padilha
Universidade Lusíada de Lisboa

Resumo: BES foi o nome que durante 150 anos fez do Grupo Espírito Santo uma referência. Um dos maiores bancos português acabou por falir e com isso o país perdeu o último banco privado de controlo acionista nacional. Os efeitos da queda do Grupo Espírito Santo sentiram-se em todos os sectores da atividade económica. A regulação voltou a falhar e todo o sistema financeiro acabou por ser afetado. Os valores das perdas fogem ao controlo dos especialistas, as imparidades acumulam-se. A primeira administração escolhida para governar o novo banco acabou por não aguentar a pressão. Stock da Cunha reuniu o consenso para colocar o novo banco no mercado. O processo da venda ainda é uma incógnita, deveras complexo, mas existe a necessidade de vender o mais rápido possível por forma a evitar a perda de valor do ativo.

Palavras-chave: GES; falência; imparidades; capitalização; Novo Banco.

Abstract: BES was the name for 150 years has the Espírito Santo Group a reference. One of the biggest Portuguese banks eventually bankrupt the country and thus missed the last private bank control national shareholder. The effects of the fall of the Espírito Santo Group felt in all sectors of economic activity. The re-regulation fails and the entire financial system ended up being affected. The values of the losses are beyond the control of specialists, impairments accumulate. The first directors chosen to govern the new bank eventually did not handle the pressure. Stock da Cunha met the consensus to put the new seat on the market. The sale process is still unclear, too complex, but there is a need to sell as soon as possible to avoid the loss of asset value.

Key-words: GES; Fail; impairments; capitalization; New Bank.

1. História do BES - 145 Anos 1869/2014

O Banco Espírito Santo (BES) teve origem na atividade de José Maria do Espírito Santo e Silva (Lisboa, 1850-1915) que em 1869 exerceu diversas operações financeiras na sua “Caza de Cambio” situada na Calçada do Combro, nº 91.

A partir de 1884, e sempre como sócio maioritário, fundou sucessivamente várias casas bancárias: Beirão, Silva Pinto & C^a. (1884-1897), Silva, Beirão, Pinto & C^a. (1897-1911), J. M. Espírito Santo Silva (1911) e J. M. Espírito Santo Silva & C^a. (1911-1915).

Falecido o sócio principal, a 23 de Dezembro de 1916 a firma dissolveu-se para ceder lugar à Casa Bancária Espírito Santo Silva & C^a., gerida pelo filho José Ribeiro Espírito Santo e Silva que, a 9 de Abril de 1920, transformou a Casa Bancária em Banco. Nessa ocasião, foi inaugurada a agência de Torres Vedras, primeiro passo de uma estratégia delineada com o objetivo de aproximar cada vez mais o serviço bancário do cliente.

Na década de 20, não obstante as convulsões políticas, económicas e sociais, que conduziram alguns Bancos à falência, o BES reforçou a sua posição no contexto da banca nacional, e em 1926 passou a fazer parte do grupo das cinco maiores instituições bancárias privadas.

Em 1932, com o novo modelo de gestão implementado por Ricardo Ribeiro Espírito Santo e Silva, eleito nesse mesmo ano para a Presidência do Conselho de Administração, iniciou-se uma fase de consolidação e expansão da empresa que em 1936 assumiu a liderança da banca privada nacional. Em 1937, o BES fundiu-se com o Banco Comercial de Lisboa (instituição criada em 1875), dando origem ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL).

Em 1955, Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva, por falecimento do irmão Ricardo Espírito Santo, ocorrido a 2 de Fevereiro desse ano, assume o lugar de Presidente do Conselho de Administração.

Nos anos 60 (século XX) foram disponibilizadas as pioneiras operações denominadas de Crédito Individual (1965), há muito praticadas no estrangeiro e sucessivamente adotadas pela concorrência de então e também foram lançados os Cheques de Viagem (1967) numa contínua diversificação da oferta de produtos e captação de clientes.

Na década seguinte, o BESCL internacionalizou os seus interesses: em 1972

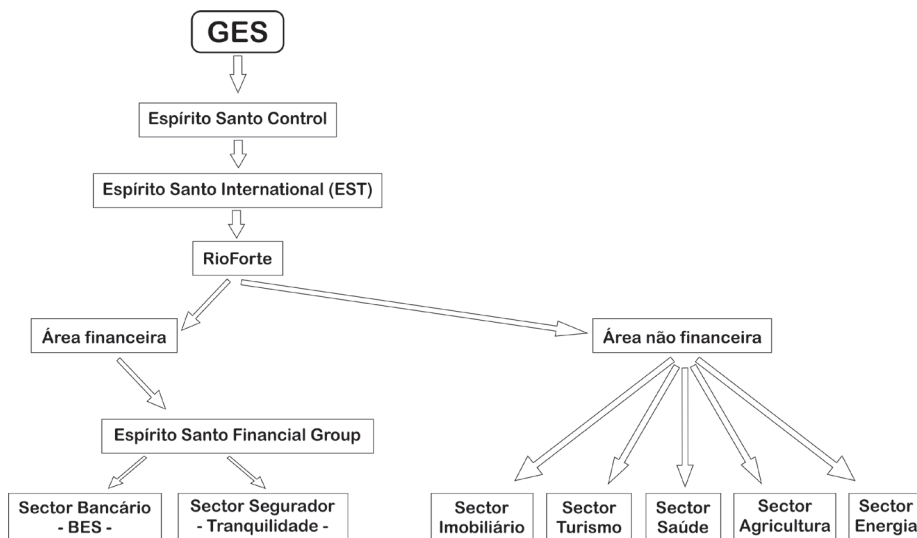
é co-fundador do Libra Bank e, no ano seguinte, associado ao First National City Bank of New York fundou, em Luanda, o Banco Inter-Unido.

Em 1973, Manuel Ricardo Espírito Santo Silva ascendeu ao cargo de Presidente do Conselho de Administração. Pouco tempo depois, o Decreto-Lei N° 132-A de 14 de Março de 1975 nacionalizou as instituições de crédito nacionais com sede no território.

Nos anos 80 (século XX), e na sequência da abertura da atividade bancária à iniciativa privada, o Grupo Espírito Santo regressou a Portugal e, em 1986, em parceria com a Caisse Nationale du Crédit Agricole e o apoio de um núcleo de acionistas portugueses, constitui o Banco Internacional de Crédito (BIC).

O ano de 1991 e 1999 representaram dois marcos no percurso da vida do BESCL, respetivamente, o primeiro, com o início da reprivatização que assegurou o crescimento sustentado da instituição passando de Banco Universal a Grupo Financeiro Global: Grupo Banco Espírito Santo (Grupo BES) e o segundo, com a alteração da designação de sociedade para Banco Espírito Santo, SA.

2. Composição do GES



ESI, ESFG, Espírito Santo Control, Rioforte, BES, ESFIL. Estas empresas fazem parte do Grupo Espírito Santo através de uma cadeia de participações, que separa a área não financeira do grupo da área financeira, onde está o banco.

A Espírito Santo Control foi a “holding” de topo do Grupo Espírito Santo, através da qual a família controlava as empresas do grupo, que estavam separadas pela área financeira e não financeira. A Espírito Santo Control detinha 56,5% da Espírito Santo International, a “holding” onde foram detetadas as irregularidades contabilísticas que colocaram a descoberto a crise no Grupo Espírito Santo. Foi a

empresa que dominou o universo Espírito Santo, nas suas mãos estavam mais de metade da Espírito Santo International (ESI).

A Eafil era a “sub-holding” que centrava os ativos financeiros em França e na Suíça.

A Espírito Santo International era a “holding” instrumental do Grupo Espírito Santo. Foi através dela que o universo Espírito Santo controlava as empresas das várias áreas de negócios. Mas tinha dívida não contabilizada cuja descoberta afetou todas elas. Foi na ESI que começou o descalabro do Grupo Espírito Santo. A 20 de Maio, o Banco Espírito Santo revelou, no prospeto do aumento de capital, que na sequência da auditoria realizada pelo Banco de Portugal à ESI tinham sido identificadas “irregularidades nas contas”. Uma dessas irregularidades era dívida não contabilizada.

A ESI, por sua vez, tinha em seu poder todo o capital da Rioforte. Recentemente, ficou a saber-se que a liquidação será o caminho tanto da ESI como da Rioforte. A exposição das sociedades do GES à ESI acabou por afetar a situação financeira de todas elas. Em particular, a ESI solicitou a proteção dos credores no Luxemburgo, com gestão controlada (“gestion contrôlée”), garantiu que “não estava em condições de cumprir as suas obrigações, devido à maturidade de uma parte significativa da sua dívida”.

O universo não financeiro do GES, concentrado na ESI e Rio Forte, apresentava, no final de 2013, uma dívida total de 7.300 milhões de euros, a maior parte da qual (6.039 milhões) estava financiada através de papel comercial colocado em clientes de retalho e institucionais dos bancos detidos pelo ESFG, incluindo o BES.

Criada em 2009, a Rioforte, sociedade com sede no Luxemburgo, substituiu a Espírito Santo Resources, constituída em 1983. Tinha empresas espalhadas por Portugal, Espanha, Brasil, Paraguai, Angola e Moçambique, entre outros. Na área não financeira estão dezenas de empresas, que o grupo está a tentar vender para fazer face aos problemas financeiros que enfrenta. É o caso dos Hotéis Tivoli no turismo, bem como outras companhias nas áreas da saúde, energia, imobiliário e agricultura.

A Espírito Santo Saúde e a Espírito Santo Viagens surgiram como os seus principais negócios, donde a Tivoli Hotels & Resorts fazia parte. A Herdade da Comporta representava outro dos ativos da Rioforte. No sector imobiliário, a Espírito Santo Property geria uma carteira de imóveis em Portugal. Soja, arroz, citrinos e cana-de-açúcar eram os produtos que a Rioforte tinha no negócio da agro-pecuária no Brasil. Também contava com a Georadar, no mercado petrolífero e energético.

Na área financeira a “holding” de topo é o ESFG, que era detida em 49,3% pela Rioforte (o restante capital está disperso em bolsa). O ESFG controlava 25% do capital do BES e 100% do capital da Tranquilidade, sendo que esta seguradora se encontra também num processo de venda.

3. Dívida sem controlo no final de 2013

Com mais de 1.200 milhões de euros de dívida por contabilizar e várias centenas de milhões de euros de ativos sobreavaliados, a Espírito Santo Internacional, “holding” de topo do grupo estava numa situação de falência técnica.

No final de 2013, no total, a dívida do GES superava os 7.300 milhões de euros, dos quais 6.039 milhões estavam financiados através de papel comercial, ou seja, títulos de dívida de curto prazo subscritos por clientes institucionais e de retalho do BES e de outros bancos controlados pelo grupo através do Espírito Santo Financial Group (ESFG).

À medida que foram sendo conhecidas as dificuldades da ES Internacional, o grupo foi tendo cada vez mais dificuldades para renovar as linhas de financiamento. Ao ponto do próprio BES ter sido chamado a conceder um empréstimo de 200 milhões de euros à Rioforte e de 780 milhões ao ESFG, créditos também garantidos com o penhor de ativos.

4. Credores do GES

Portugal Telecom, Petróleos de Venezuela, Amorim e clientes institucionais do BES são os principais credores do Grupo Espírito Santo. O plano de reestruturação supunha a conversão de parte destes créditos em capital da Rioforte.

A Portugal Telecom aplicou perto de 900 milhões de euros em papel comercial da Rioforte. A operação acabou por gerar a demissão de alguns elementos do Conselho de Administração, pois a empresa é detida pelo grupo Oi, que responsabilizou os intervenientes pelo sucedido. O Estado venezuelano, através da Petróleos de Venezuela (PDVSA), aplicou centenas de milhões de euros em papel comercial emitido por empresas do Grupo Espírito Santo. O valor exato está por confirmar, mas estará aquém do valor investido pela Portugal Telecom.

Os clientes institucionais do BES têm cerca de 1.940 milhões de euros aplicados em papel comercial do GES. O valor do investimento aumentou nos últimos seis meses, já que no final de 2013 era de apenas 1.500 milhões. Uma subida que terá compensado parte da redução das aplicações dos clientes de retalho, que passaram de 2.100 para 651 milhões.

5. Os casos marcantes que explicam a crise no Grupo Espírito Santo

Foram vários os casos relacionados com o BES nos últimos anos que se avolumaram, criando uma bolha que acabou por derrubar a gestão do banco e expor a atual crise que se vive no grupo:

Devido ao “Caso Monte Branco”, sobre alegada fuga ao fisco e branqueamento de capitais através da gestora de fortunas suíça Akoya. Ricardo Salgado aderiu à amnistia fiscal de 2012. O banqueiro fez três correções à declaração de rendimentos de 2011 e pagou mais 4,3 milhões de euros de IRS. Operações financeiras ocultas, e que por isso não estavam declaradas em sede de IRS.

Suspeita-se que a alteração da declaração fiscal de 2011 resultou no pagamento de 8,5 milhões de euros que terá sido feito pelo construtor José Guilherme. Esse rendimento, que segundo consta, resultou de uma comissão por serviços de consultoria relacionados com investimentos em Angola.

Disputa pelo controlo da Semapa decorria desde Agosto de 2013. Conflito entre Pedro Queiroz Pereira e o Grupo Espírito Santo (GES), alinhado com a irmã do empresário, Maude. Para vender as suas posições nas “holdings” que detinham a Semapa, o GES exigiu o pagamento de um prémio de controlo. Pedro Queiroz Pereira fez tudo para não pagar, denunciando aos supervisores suspeitas de irregularidades nas “holdings” de controlo da família Espírito Santo. Abria-se a caixa de pandora do GES.

Em Novembro de 2013, José Maria Ricciardi tomou a iniciativa no sentido da destituição de Ricardo Salgado. Os resultados não foram os pretendidos mas as posições extremaram-se.

No início do presente ano, o braço não financeiro do Grupo Espírito Santo estava debaixo dos holofotes, já que estava a ser posta em prática a estratégia de desalavancagem destinada a gerar liquidez e a criar valor para a família.

Em Fevereiro de 2014, o supervisor pediu uma auditoria externa à Espírito Santo International. A auditoria que o Banco de Portugal pediu às contas da ESI visou fiscalizar a situação financeira da “holding” da família Espírito Santo e a forma de avaliação dos seus ativos, com o objetivo de verificar a sua capacidade de reembolsar os créditos contraídos junto da instituição liderada por Ricardo Salgado. O supervisor pretendia perceber se a exposição do BES ao Grupo Espírito Santo estava devidamente contabilizada, tendo em conta a saúde financeira da E.S. International.

O banco liderado por Ricardo Salgado passou de lucros, em 2012, para perdas no ano de 2013, a refletir o registo de provisões para fazer face às imparidades de crédito no valor de 1.422,8 milhões de euros. Os prejuízos de 864 milhões de euros em 2013 ficaram acima das provisões dos analistas.

Em Março de 2014, o Espírito Santo Financial Group constituiu uma provisão de 700 milhões por causa do papel comercial emitido por empresas da área não financeira que foram vendidos aos balcões do BES. Uma almofada criada por imposição do Banco de Portugal. As empresas não financeiras mudam de nome, alteram a sua designação Espírito Santo. A única marca que se manteve foi a Espírito Santo Saúde. A separação da área financeira e não financeira faz-se também nos órgãos sociais.

No mês de Abril de 2014, os acionistas da “holding” que controlavam o

BES elegeram o conselho de administração para os próximos seis anos. Ricardo Salgado foi reeleito líder não executivo até 2020. Em Maio de 2014, o banco anunciou um aumento de capital. Avançou com a emissão de novas ações num aumento de capital de 1045 mil milhões de euros que visava reforçar os rácios de capital.

A auditoria pedida pelo Banco de Portugal detetou irregularidades nas contas do GES e concluiu que a sociedade apresentava uma situação financeira grave. A auditoria realizada pela KPMG às contas da Espírito Santo International detetou irregularidades “materialmente relevantes”. A KPMG identificou seis irregularidades cuja gravidade obrigou à tomada de várias medidas. Em causa estava, sobretudo, a não contabilização de 1.200 milhões de euros de dívida que, por não estar registada nas contas da ES International, resultou numa insuficiência de capitais próprios.

Em Junho de 2014, decorreu um novo aumento de capital autorizado pela família Espírito Santo da Espírito Santo Control, próximo dos 370 milhões de euros. O Espírito Santo Financial Group cumpriu a intenção: conseguiu ter uma posição em torno de 25% no Banco Espírito Santo após o aumento de capital concluído.

Ao mesmo tempo, pairava o desespero dos gestores na tentativa de conseguir financiamento para as holdings do grupo. A família pretendeu efetuar um pedido de ajuda às autoridades portuguesas, para viabilizar um financiamento bancário de emergência - através da Caixa Geral de Depósitos - ao ramo não financeiro do grupo.

O plano dos membros do Conselho Superior passava por conseguir um financiamento de 500 a 750 milhões de euros e canalizá-los para a Espírito Santo International, para que esta pudesse honrar os seus compromissos. Com dificuldades em reembolsar os credores que tinham investido em títulos de dívida, tentaram um apoio financeiro em Portugal. Em troca, a família ofereceu como garantia os hotéis Tivoli e a Herdade da Comporta.

No entanto, Carlos Costa (Governador do Banco de Portugal) declinou o financiamento às empresas do GES (linha de recapitalização era apenas para os bancos) justificando a violação às regras de supervisão e alertou para os riscos de contágio, ao BES e a todo o sistema bancário. Os responsáveis do GES foram chamados pelo governador do Banco de Portugal, Carlos Costa. Ricardo Salgado renunciou à presidência do banco. Um processo que levou à saída de quase todos os membros da família Espírito Santo do Conselho da Instituição. E que resulta da intervenção desencadeada há vários meses pelo Banco de Portugal.

Em Julho de 2014, o Banco de Portugal considerou que a designação de Vítor Bento e Moreira Rato correspondia às necessidades exigidas, garantindo aos órgãos de administração e fiscalização das instituições de crédito a independência e assegurando a sua atuação por critérios de gestão sã e prudente.

As ações do Banco Espírito Santo e do Espírito Santo Financial Group foram suspensas. Fortes quedas no PSI-20 ao ponto de contagiar as bolsas europeias.

Após a renúncia de Vítor Bento, o Novo Banco é agora liderado por Eduardo Stock da Cunha, cuja missão principal é preparar o banco para a alienação. O supervisor terá feito um ultimato ao banco, depois de ter conhecimento dos prejuízos recorde que a instituição iria apresentar. O Banco de Portugal terá dado dias a Vítor Bento para apresentar um plano de reestruturação.

No início de Agosto o banco acabou por ser intervencionado, com o Banco de Portugal a anunciar a resolução, que ditou a criação do Novo Banco e a constituição do BES como banco mau. O Banco de Portugal tomou o controlo do Banco Espírito Santo (BES), depois de o banco ter apresentado prejuízos semestrais de 3,6 mil milhões de euros, e separou a instituição em duas entidades distintas.

No chamado banco mau ('bad bank'), um veículo que mantém o nome BES, ficaram concentrados os ativos e passivos 'tóxicos' do BES. No 'banco bom', o banco de transição que foi chamado de Novo Banco, ficaram os ativos e passivos considerados não problemáticos.

O Novo Banco foi capitalizado por 4.900 milhões de euros através de um fundo de resolução bancário, gerido pelo Banco de Portugal e em que participam as instituições de crédito a operar em Portugal. Deste valor, 3.900 vieram de um empréstimo de dinheiro público e o restante de um empréstimo do sindicato bancário, envolvendo os maiores bancos portugueses. O fundo de resolução da banca, criado em 2012 para que fosse o sector a suportar os encargos com eventuais prejuízos, foi o responsável por injetar esse dinheiro.

Em Agosto de 2014, O fundo não tinha todo esse dinheiro. Pediu um empréstimo ao Tesouro Estatal, que recorreu à linha de capitalização da troika, constituída aquando do resgate a Portugal. Esse empréstimo estatal foi de 3900 milhões de euros, cerca de 80% do total da capitalização do Novo Banco. O restante dinheiro foi assegurado pelo sector financeiro. O fundo contava já com 377 milhões de euros, resultantes das contribuições já recebidas pelos bancos. E avançou com um empréstimo de 635 milhões de euros.

Para que não existam perdas, o Novo Banco terá de ser vendido por 4,9 mil milhões de euros. Se for alienado a um montante inferior, é o fundo de resolução que tem de assumir com as responsabilidades.

A CGD e o BCP são as duas instituições que dão o maior contributo ao fundo de resolução. No caso da alienação seja inferior ao injetado, poderá obrigar a medidas de capitalização, e o encargo afetará a solidez financeira das instituições e a coloque abaixo dos limites mínimos exigidos pelos reguladores.

No início de Outubro, a Espírito Santo Financial Group e a Esfil decidiram avançar com o processo de insolvência. Esta decisão surgiu depois das instâncias judiciais do Luxemburgo terem recusado o pedido, feito por aquelas empresas, para obterem um regime de gestão controlada, uma espécie de proteção contra credores.

A justiça do Luxemburgo voltou a rejeitar o pedido de proteção contra credores da Espírito Santo International (ESI) e da Rioforte. A insolvência é assim

o destino das duas holdings da cúpula do Grupo Espírito Santo (GES). A recusa aconteceu mesmo depois da alienação da ES Viagens e da ES Saúde. Situação que a administração da Rio forte utilizou para defender junto do Tribunal, sem os resultados pretendidos.

No Dubai, também ficou decidido a liquidação e o fim da unidade E.S. Bankers. A decisão foi tomada pelo tribunal do centro financeiro daquele país, em resposta a um pedido do regulador. A unidade do Dubai era uma operadora de gestão de patrimónios e de fortunas, sendo detida pelo Espírito Santo Financial Group, a empresa através da qual o grupo tinha posições no Banco Espírito Santo e nos bancos fora da União Europeia (Panamá, Dubai e Suíça).

No Panamá, o E.S Bank foi intervencionado pelo regulador. Nos seguros, a Tranquilidade, dada como penhor num crédito cedido pelo BES, foi vendida pelo Novo Banco ao fundo Apollo.

No final do mês de Outubro, existe a passagem de garantias à Venezuela para o banco “mau” e acordo com Angola, o que reduziu necessidades de capital, face a 3 de Agosto. Mas o balanço definitivo ainda não é público e pode incluir outras provisões.

O Novo Banco deverá apresentar rácios de capital mais elevados do que os números provisórios divulgados no início de Agosto, no balanço zero que será divulgado nas próximas semanas.

A conversão em capital de 25% da gigantesca dívida do BES Angola (BESA) e a passagem das garantias à Venezuela para o banco “mau” libertaram 987 milhões de euros, que vão reforçar os rácios de capital do Novo Banco e acautelar eventos futuros, facilitando o processo de venda.

6. Alerta do Regulador

A troca de correspondência entre o Banco de Portugal e Ricardo Salgado, dá conta que o regulador recuou face a um plano inicial para evitar os riscos de exposição do Banco Espírito Santo à dívida da Espírito Santo Internacional.

A 3 de Dezembro de 2013, o regulador alertou para os riscos de insolvência da Espírito Santo Internacional (ESI). A entidade alertou para o aumento excessivo do passivo financeiro da ESI. Tendo em conta a dimensão da dívida, a exposição. A carta assinada pelo vice-presidente do Banco de Portugal, Pedro Duarte Neves, dava até 31 de Dezembro (um total de 27 dias) para que Ricardo Salgado pudesse resolver os problemas do grupo não financeiro, de modo a isolar o BES dos riscos associados àquele descontrolo nas contas da ESI. A constituição de uma conta bancária com montante equivalente à dívida emitida pela ESI junto de clientes do BES, com um montante de cerca de 1.700 milhões de euros era uma das exigências.

Ricardo Salgado voltou a contestar e o regulador iniciou um novo plano de acção diluído no tempo e mais próximo da proposta do Grupo Espírito Santo: por

exemplo, a linha de crédito passou a ser de 750 milhões de euros com a garantia das acções da Espírito Santo Financial Group.

O regulador obrigou a constituir uma provisão de 700 milhões de euros para cobrir o risco de não pagamento da dívida que tinha sido emitida na rede de retalho do BES.

Nesse mesmo mês, Ricardo Salgado e outros administradores enviaram uma carta ao regulador mostrando-se conscientes e dispostos a assumir o compromisso da situação provocada, cujos valores foram apenas tornados públicos em Maio: uma dívida total de 6,3 mil milhões e um buraco de 1,3 mil milhões de euros.

7. Impacto na economia

Os sinais vão-se dispersando. Os efeitos da queda do Grupo Espírito Santo (GES) sentem-se em todos os sectores. Existem poucas dúvidas de que várias empresas vão à falência. Como consequência o número de desempregados vai aumentar, diminuição de postos de trabalho, outras empresas desesperam. Investidores vão perder somas avultadas de euros. O ano que se adivinha será de grandes dificuldades com exigências reforçadas no défice orçamental e necessidade de crescimento económico.

O ajustamento tem sido penoso e desgastante, a população mostra sinais de fadiga e nos limites do esforço financeiro. Conscientes que o sacrifício não vai terminar e que o fim do GES vai ter consequências bastante tenebrosas. É certo que a falta de rumo e estratégia da Europa nada ajudou na melhoria das condições de vida em Portugal mas não foram os nossos parceiros que nos impuseram a criação de finanças públicas insustentáveis, empresas e famílias se endividassem para além do permitido, sem colocar em causa a sua solvabilidade.

O conservadorismo e fundamentalismo ideológico dos Constitucionais também não têm ajudado no processo de ajustamento orçamental, preservando a maior parte das vezes direitos adquiridos do Estado e seus funcionários em detrimento do resto dos contribuintes e população em geral. Decreta-se a violação de princípios constitucionais para quase todos os ajustamentos necessários à redução da despesa pública não aplicando as respetivas normas da Constituição.

Com todas estas forças de resistência existe, no entanto, a necessidade de rigor orçamental e ao mesmo tempo será imperativo promover o crescimento económico. O problema é que quase ninguém dá pistas credíveis como o obter. Os da esquerda mais preocupados com as primárias e os da direita tentando disfarçar alguns erros de governação onde estão envolvidos vários ministérios – Justiça (caso Citius), Educação (contratação de professores), Finanças (aumento do défice devido a novas regras de contabilização, nova subida do défice da balança comercial).

Não existindo receitas pré-definida para o crescimento, há caminhos que

parecem evidentes. Um deles, talvez o mais óbvio, passa por resolver uma das fragilidades estruturais da nossa economia: a falta de capital empresarial empregue em atividades produtivas, com a necessidade imperiosa de capitalização do tecido empresarial português.

Após três anos de ajustamento, Portugal ainda continua com níveis de endividamento elevadíssimo quer a nível público quer privado, devido ao risco de incumprimento muitas das nossas PME's têm um acesso muito restrito ao crédito, isto é, os empréstimos quando se verificam são efetuados com juros elevadíssimos para fazer face às exigências de sustentabilidade das empresas. A captação de investimento estrangeiro será uma das estratégias a seguir, no entanto existem aspetos da atividade competitiva portuguesa que necessitam de serem melhorados, nomeadamente no que diz respeito ao sistema de justiça, fiscalidade e burocracia.

Porém, o problema ao persistir exige uma resolução em tempo real, num país onde, infelizmente, muitos empresários preferem trocar favores com o Estado, mesmo em parcerias de capital, PPP's, do que ter verdadeiros sócios privados, com Know-how, capacidade de gestão e capital que os ajude a criar sustentabilidade e valor.

No contexto atual, as empresas por razões próprias (baixa capitalização, efeitos adversos da crise sobre os balanços) e porque os bancos portugueses, a maior parte deles em dificuldades por razões inerentes à crise e gestão danosa, apenas podem financiar empresas a taxas mais elevadas do que as praticadas nos países mais desenvolvidos, estão assim sujeitos a uma desvantagem competitiva muito forte.

Existem por isso, aspetos que têm que ser tratados no imediato: os balanços dos bancos e empresas. A regulação tem de mudar. O banco de Portugal tem de passar de examinador para ser investigador. Intrusivo. É impossível continuar a manter esta postura tão passiva e não olhar para a supervisão de maneira diferente.

Perdemos o último banqueiro português. E com ele, o último banco privado de controlo acionista nacional. Champalimaud vendeu a sua parte ao Santander, o Banif sobrevive com muitas dificuldades, o BCP é dominado por capital angolano, BPI por espanhol e o BPN faliu. Sobram os pequenos, muitas vezes símbolo de boa gestão, como o BIG.

É a boa gestão que tem feito o Santander, o BPI e o BCP remar contra a inércia económica. Se alguma coisa a falência do GES prova, é que os centros de decisão nunca atuaram. Existiam centros de interesse pessoal.

Por esse motivo e pela necessidade de proteção dos investidores, clientes e para bem da economia do próprio país, existe a necessidade de vender o mais rapidamente e a bom preço o Novo Banco.

O BES foi intervencionado à luz das novas regras europeias, separando os ativos do banco e do grupo, penalizando os acionistas e afastando do "Banco bom" o nome que durante 150 anos fez do Grupo Espírito Santo uma referência. O

modelo de intervenção passa por tentar proteger ao máximo os contribuintes. E é por isso que a venda, deve ser rápida e mais eficiente possível. Não se sabe ainda se a venda pode ser feita por um todo ou por áreas de negócio.

Tudo dependerá, sobretudo, dos potenciais interessados. Existem já vários interessados. Além do BIG, existem outros bancos de maior dimensão com atividade em Portugal que estão a tentar negociar. A ordem para acelerar a venda foi dada pelo Banco de Portugal e Ministério das Finanças. A ideia subjacente é evitar o máximo possível a perda de valor de um ativo que teve uma injeção de capital de 4900 milhões de euros.

Do lado do governo existe a necessidade de chegar ao fim do mandato com o caso resolvido. Permitir que o Novo Banco fique demasiado tempo sem uma resolução não agrada a ninguém. Esta situação continua a contagiar de forma negativa todo o sistema financeiro do país. O Novo Banco foi resgatado por um fundo de resolução, do qual participam todos os bancos, e são estes que até à sua venda são responsáveis por todo o dinheiro injetado.

No entanto, a situação está longe de ser pacífica, com acontecimentos que fogem ao seu controlo. Várias mudanças de estratégia impostas pelo governo, e divulgação de resultados semestrais desastrosos, os mais negativos alguma vez apresentados em Portugal. Só as imparidades registadas chegam aos 4200 milhões de euros, a degradação dos rácios de capital é um dado adquirido. A equipa que inicialmente foi escolhida para substituir Salgado não aguentou a pressão e já bateu com a porta.

Após a renúncia de Vítor Bento, o Novo Banco é agora liderado por Eduardo Stock da Cunha, cuja missão principal é preparar o banco para a alienação. A missão é deveras complexa, o passivo do Banco está longe de ser conhecido no seu todo, e o tempo também é um dos piores inimigos. O sistema financeiro continua a ser denegrado por todo este processo, os contribuintes e o orçamento de Estado para os próximos anos poderão ser afetados pelo caso mais tenebroso que há registo em Portugal.

8. Visão de técnicos sobre medida de resolução

Na perspetiva de especialistas, os valores encontrados para a resolução do banco serão muito difícil de serem superados e com isso, um enorme prejuízo em relação aos fundos injetados na operação. No processo de resolução, foram utilizados fundos públicos para evitar o colapso do Banco. A esses fundos públicos foram adicionados fundos vindos da Banca Comercial. Uma parte significativa destes fundos cerca de 30%, provêm da CGD que é propriedade integral do Estado.

O Banco resultante da resolução vai acabar por ser vendido com um enorme prejuízo em relação aos fundos injetados na operação.

O responsável pelo banco de Portugal, Carlos Costa e sua equipa são

acusados de uma atitude pouco pró-ativa:

- por falta de supervisão até 2013
- por inercia a partir do final de 2013, quando já eram conhecidos (e foram escondidos) os detalhes do problema por parte do Banco de Portugal.
- por terem desencadeado uma resolução pouco clara e muito atabalhoada, que vai provocar um verdadeiro descalabro no sector financeiro (e que vai acabar por ser pago pela Economia Portuguesa, em geral, e pelo Estado, contribuintes em particular).

Recorde-se que o Dr. Carlos Costa (escolhido pelo Governo Sócrates por pressão do PSD e da Presidência da República, depois do mau desempenho do Banco de Portugal, liderado pelo Dr. Vítor Constâncio, no caso BPN) antes de ser Governador do Banco de Portugal era o responsável pela auditoria interna do BCP, no tempo dos desvarios da Administração do senhor Eng.º Jardim Gonçalves.

9. A ruína do BES arrastou a PT para a derrocada

Em Outubro de 2003, a PT efetua a fusão com a brasileira Oi. Mais de 100 milhões de clientes e presença em três continentes. Mas a queda em domínio das empresas do GES teve fortes efeitos colaterais na PT, poucos meses depois. O desfecho dos dois grupos veio comprovar a cumplicidade histórica das relações entre o banco “de todos os regimes” e a operadora nacional.

Em poucos meses “Espírito Santo” deixou de ser o nome que criava oportunidades no estrangeiro, com a credibilidade que uma família de banqueiros histórica acarretava, para ser absolutamente tóxico. O BES, que pouco tinha precisado do Estado, passou a cobaia de um mecanismo de resolução europeu testado pela primeira vez em Portugal. Ao entrar em rotura, o BES arrastou a credibilidade da PT.

A PT não sofreu apenas um dano na sua credibilidade. Perdeu um parceiro histórico. Pode dizer-se quase que a operadora e o banco cresceram juntos, firmando-se como aliados logo nos processos de privatização de ambos. Essa ligação era visível nas participações cruzadas estratégicas que PT e BES desde cedo tiveram entre si. Outra situação, era a forte influência que o presidente do BES mostrava ter sobre os destinos da empresa. O apoio financeiro mútuo, que só mais tarde foi revelado. Um dos grandes espelhos, da ligação entre os dois foi o papel central que o BES assumiu num dos momentos mais emblemáticos da história da PT: a OPA da Sonaecom, em 2006.

A PT montou a defesa contra a empresa de Belmiro de Azevedo. Henrique Granadeiro e Zeinal Bava, ainda administrador-financeiro, delinearam a estratégia. A oposição do BES à OPA ficou clara desde o início. O banco foi um dos principais beneficiados da nova política de dividendos da PT.

Três anos depois, em 2010, teriam novamente um papel fundamental no destino da PT, com a venda da Vivo à parceira Telefónica. A defesa do negócio foi feita para preservar a nacionalidade da PT, já que na altura se temia uma OPA dos espanhóis. O executivo de José Sócrates, fez uso da 'golden share' para bloquear a venda. E só uma nova revisão de preço, para 7,5 mil milhões, e a garantia de que a PT continuaria no Brasil, com a compra da Oi, fez avançar a venda da Vivo - com novos ganhos para os acionistas.

As apostas erradas nas decisões políticas acabaram por prejudicar a PT. Na governação de José Sócrates foi tomada a decisão de vender a Vivo pela compra da Oi, de dimensão inferior, destruindo muito valor. A nova empresa podia ter sede no Brasil mas a equipa de gestão seria liderada por Zeinal Bava, ex-presidente da PT, e o BES contaria com dois administradores, mantendo o peso que sempre teve nas decisões da operadora. Foi esta proximidade entre empresa e acionista, a familiaridade das equipas de gestão que arrastou a PT na derrocada. E o 'default' da Rio forte desequilibrou a relação de forças entre a PT e os brasileiros.

As contas do primeiro semestre de 2014 puseram a nu a realidade do BES, assim como os danos colaterais do BES Angola, que deram um empurrão final para a resolução do banco, revelando perdas em imparidades contabilizadas de 4.253 milhões de euros e um prejuízo histórico de 3.577 milhões. Mas se todos partilham a noção de que o que se passou é negativo para Portugal, nem todos concordam sobre o papel que o banco realmente desempenhava. Muitos sublinham que a queda do BES tem impacto relevante na economia pelo seu relevo histórico no financiamento das empresas.

Vários são os gestores da banca portuguesa que admitem por outro lado, que o que aconteceu pode ter trazido uma certa moralização ao sector financeiro, independentemente do que as investigações das autoridades vierem a confirmar.

As consequências da derrocada do BES, levando a PT pelo mesmo caminho, não se sentem só internamente na vida das instituições e nos sectores onde operam. E tão pouco terão a mesma dimensão. No GES, o efeito é bem mais devastador e transversal do que na PT, onde se apontam dedos a decisões de gestão. Conhecidos os efeitos mais imediatos e visíveis, o impacto total demorará tempo a ser verdadeiramente avaliado.

10. Conclusão:

O banco marca definitivamente o sistema financeiro português. Nada será como até aqui. Durante anos vamos olhar para este caso como uma lição de tudo o que não se pode fazer.

A regulação também terá que mudar. O Banco de Portugal terá que passar a ter uma posição de investigador e deixar de ser apenas examinador. Intrusivo.

Julga-se que a venda do GES se poderá concretizar até ao verão de 2015. A

divida do grupo no momento está fora do controlo dos especialistas, existe por isso o interesse em vender os ativos o mais depressa possível.

O mecanismo de resolução implementado de acordo com a diretiva comunitária foi testado pela primeira vez, foram injetados 3,9 mil milhões de euros desta forma. O processo de venda, em termos de preço e eficiência, será fundamental para evitar efeitos sistémicos.

O colapso do Grupo GES e a complexa intervenção sobre o BES vieram, uma vez mais, chamar a atenção para os perigos que decorrem da excessiva concentração de risco nos balanços de grandes instituições bancárias e para as dificuldades da sua supervisão.

Bibliografia

- Branson, Screw Business as Usual, Ebury Press, 2013.
- Branson, Richard, Screw Business as Usual, Ebury, 2013.
- Diário económico – artigo – “ Vi no BES resquícios do que sucedeu no PREC em 1975” - Proença de Carvalho.
- Lewis, Michael, Flash Boys, a Wall Street Revolt, WW Norton & Co, 2014
- Gaspar – Myriam, João Rendeiro. Testemunho de um banqueiro – A história de quem venceu nos mercados.
- Osório – Luis Jorge Jardim Gonçalves - poder do silencio, Dom Quixote , Lisboa 2014.
- Revista Exame – artigo – Ganhar com o fim do GES – João Vieira Pereira.
- Revista Exame – artigo – Uma nova linhagem de banqueiros – Nicolau Santos
- Roche, MARC, o banco como o Goldman Sachs dirige o mundo, A esfera dos livros, Lisboa, 2012
- Roose, Kevin Young Money, Inside the Hidden World of Wall Street´s post-Crash Recruit , Gand Central Publishing, 2014.
- Smith, Adam, Theory of Moral Sentiments, Penguin Books Ltd, 2010.
- Stiglitz, Joseph, O preço da Desigualdade, Bertrand Editora, Lisboa 2013.
- Taleb, Nassim Nicholas, O Cisne Negro, Dom Quixote, Lisboa, 2011.